



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

Curso: PROCESSO ADMINISTRATIVO
Professor: Marcos Augusto Perez

SEMINÁRIO: Processo Administrativo Sancionador

NOME DO ALUNO:

.....

NÚMERO USP:

.....

- (1) Em que momento deve ocorrer a citação do servidor em processo administrativo disciplinar e qual deve ser seu conteúdo?
- (2) As mesmas regras quanto à citação e ao conteúdo devem ser aplicadas, por exemplo, em processos de aplicação de multa às empresas de telecomunicações pela ANATEL? Explique.
- (3) Como a produção de provas se relaciona ao contraditório? Comente sobre as diferenças dos sistemas probatórios no common law e no civil law.
- (4) O processo administrativo sancionador pode ou deve ser sigiloso? Suponha que uma empresa seja citada pela Petrobrás acerca da instauração de processo administrativo para apuração de sua culpa por desvios em licitações da companhia. Esse processo deveria correr em segredo? Suponha que a empresa seja suspensa cautelarmente de participar em licitações na Petrobrás, por envolvimento na chamada “*operação lavajato*”, esse ato deveria ser sigiloso? Teria a parte algum fundamento para requerer a tramitação em sigilo do processo?
- (5) No âmbito de um processo administrativo sancionador em que tenha ficado comprovada a irregularidade da conduta praticada pelo agente público em violação ao texto expresso da lei, bem como a ocorrência de dano ao erário, pode a autoridade administrativa competente deixar de aplicar a sanção administrativa prevista em lei, substituindo-a por um acordo em que o agente público se comprometa apenas a não cometer novamente infração da mesma natureza? Fundamente a sua resposta com base na legislação em vigor e cite exemplos leis ou regulamentos que prevejam esta possibilidade, se houver.
- (6) Um servidor público recebeu citação sobre a instauração de um processo administrativo disciplinar, para verificar se o mesmo teria exigido propina como condição para a realização de ato de ofício, conduta grave passível de punição com demissão agravada. Mesmo sem contar com um advogado, o servidor se defendeu e, após acompanhar toda a instrução do processo, conseguiu demonstrar que não existiam provas suficientes para sua condenação. Contudo, ao examinar as provas produzidas, momentos antes de proferir a decisão final, a comissão processante percebeu que, conforme uma das provas produzidas, dito servidor ausentou-se em algumas ocasiões do serviço, durante o horário de seu expediente, sem autorização do seu superior. Portanto, diante das ausências injustificadas, a Comissão opinou pela aplicação da pena de suspensão, pena que restou aplicada ao servidor pela autoridade administrativa competente. Comente a regularidade de cada etapa deste processo e da decisão final.